

A autoria da presente Proposição é do Senhor Prefeito Municipal.

Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e dá outras providências.

O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que desenvolvam atividades não exclusivas do Poder Público nas áreas de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, planejamento urbano, proteção e preservação do meio ambiente, cultura, esporte e saúde (Art. 1º); são requisitos específicos para que as entidades privadas referidas habilitem-se à qualificação como organização social: comprovar o registro de seu ato constitutivo; natureza social de seus objetivos; finalidade não lucrativa; previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação, um conselho de administração e uma diretoria; previsão de participação, no órgão colegiado deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade; composição e atribuições da diretoria; obrigação de publicação anual, no órgão oficial do Município, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão; no caso de associação civil, a aceitação de novos associados; proibição de distribuição de bens ou parcela do patrimônio líquido; previsão de incorporação integral do patrimônio, em caso de extinção, ao patrimônio de outra organização social, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio Municipal, da União e ou do Estado; haver aprovação, quanto à conveniência e oportunidade, de sua qualificação como organização social (Art. 2º); o conselho de administração deve estar estruturado nos termos que dispuser o respectivo estatuto, observados os seguintes critérios: ser composto por: 20 % a 40 % de membros natos representantes do Poder Público; 20 % a

30 % de membros natos representantes de entidades da sociedade civil; até 10 % no caso de associação civil, de membro eleitos dentre os associados; 10 % a 30 % de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho; até 10 % de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida no estatuto; os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho devem ter mandato de 4 anos, admitida uma recondução; os representantes de entidades do Poder Público e da sociedade civil devem corresponder a mais de 50 % do Conselho; o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de dois anos; o dirigente máximo de entidade deve participar das reuniões do Conselho, sem direito a voto; o Conselho deve reunir-se, ordinariamente, no mínimo, 3 vezes a cada ano; os conselheiros não devem receber remuneração pelos serviços, ressalvada ajuda de custo por reunião da qual participem; os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a diretoria da entidade devem renunciar ao assumirem funções executivas (Art. 3º); para efeito desta Lei entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas à áreas relacionada (Art. 4º); o contrato de gestão, elaborado de comum acordo entre o órgão ou entidade supervisora e a organização social, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da organização social. O contrato de gestão deve ser submetido, após aprovação pelo Conselho de Administração da entidade, ao Secretário Municipal ou entidade supervisora da área correspondente à atividade fomentada (Art. 5º); na elaboração do contrato de gestão devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e, também, os seguintes requisitos: especificação do programa de trabalho proposto pela organização social; estipulação dos limites e critérios para despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das organizações sociais. Os Secretários Municipais ou autoridades supervisoras da área de atuação da entidade devem definir as demais cláusulas dos contratos de gestão que sejam signatários (Art. 6º) a execução do contrato de gestão celebrado por organização social será fiscalizada pelo órgão ou entidade supervisora da área de atuação correspondente à atividade fomentada. A entidade qualificada apresentará ao órgão ou entidade do Poder Público, relatório pertinente à execução do contrato de gestão. Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão devem ser analisados, periodicamente, por comissão de avaliação, indicada pela autoridade supervisora da área correspondente. A comissão deve encaminhar à autoridade supervisora relatório conclusivo sobre a avaliação precedida (Art. 7º); os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência ao Prefeito Municipal, sob pena de responsabilidade solidaria (Art. 8º); quando assim exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos públicos, o Prefeito representará ao MPE para as providências cabíveis (Art. 9º); as entidades qualificadas como organizações sociais são declaradas de interesse social e utilidade pública (Art. 10); às organizações sociais poderão

ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão. São assegurados às organizações sociais os créditos previstos no orçamento. Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados a custeio do contrato de gestão parcela de recursos para compensar desligamento de servidor cedido. Os bens serão destinados às organizações sociais, atendidas a legislação vigente e dispensada a licitação, mediante permissão de uso (Art. 11); os bens móveis públicos permitidos para uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimônio municipal. A permuta dependerá de prévia avaliação e expressa autorização do Poder Público (Art. 12); é facultado ao Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações sociais, sem ônus para a origem. Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela organização social. Não será permitido o pagamento de vantagem pecuniária permanente por organização social a servidor cedido com recursos provenientes de contrato de gestão, ressalvada a hipótese de adicional relativo ao exercício de função temporária de direção e assessoria. O servidor cedido perceberá as vantagens do cargo a que fizer jus no órgão de origem, quando ocupante de cargo de primeiro escalão na organização social (Art. 13); o Poder Executivo poderá proceder à desqualificação da entidade como organização social, quando constatado o descumprimento das disposições do contrato de gestão. A desqualificação será precedida de processo administrativo, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório, respondendo os dirigentes da organização social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão. A desqualificação importará reversão dos bens permitidos e dos valores entregues à utilização da organização social, sem prejuízo de outras sanções cabíveis (Art.14); a organização social fará publicar, no prazo máximo de 90 dias, contando da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a construção de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos do Poder Público (Art. 15); vigência da Lei (Art. 16).

**Este Projeto de Lei o encontra respaldo no Direito Pátrio,** neste diapasão passaremos a expor:

Sublinha-se que este Projeto de Lei suplementa a Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998, adequando-se as normatizações do Programa de Nacional de Publicização, as peculiaridades local, inovando assim o Direito Positivo Municipal, destaca-se infra os termos da aludida Lei Nacional:

**LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998.**

*Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências*

*CAPÍTULO I  
DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS*

*Seção I  
Da Qualificação*

*Art. 1º O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.*

*Art. 2º São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior habilitem-se à qualificação como organização social:*

*I - comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispendo sobre:*

*a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;*

*b) finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;*

*c) previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria definidos nos termos do estatuto, asseguradas àquele composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas nesta Lei;*

*d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;*

*e) composição e atribuições da diretoria;*

*f) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial da União, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;*

*g) no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;*

*h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;*

*i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito da União, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados;*

*II - haver aprovação, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como organização social, do Ministro ou titular de órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente ao seu objeto social e do Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado.*

## *Seção Do Conselho de Administração*

*II*

*Art. 3º O conselho de administração deve estar estruturado nos termos que dispuser o respectivo estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:*

*I - ser composto por:*

*a) 20 a 40% (vinte a quarenta por cento) de membros natos representantes do Poder Público, definidos pelo estatuto da entidade;*

*b) 20 a 30% (vinte a trinta por cento) de membros natos representantes de entidades da sociedade civil, definidos pelo estatuto;*

*c) até 10% (dez por cento), no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou os associados;*

*d) 10 a 30% (dez a trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;*

*e) até 10% (dez por cento) de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto;*

*II - os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho devem ter mandato de quatro anos, admitida uma recondução;*

*III - os representantes de entidades previstos nas alíneas "a" e "b" do inciso I devem corresponder a mais de 50% (cinquenta por cento) do Conselho;*

*IV - o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de dois anos, segundo critérios estabelecidos no estatuto;*

*V - o dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do conselho, sem direito a voto;*

*VI - o Conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo, três vezes a cada ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo;*

*VII - os conselheiros não devem receber remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à organização social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem;*

*VIII - os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a diretoria da entidade devem renunciar ao assumirem funções executivas.*

*Art. 4º Para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, devem ser atribuições privativas do Conselho de Administração, dentre outras:*

*I - fixar o âmbito de atuação da entidade, para consecução do seu objeto;*

*II - aprovar a proposta de contrato de gestão da entidade;*

*III - aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos;*

*IV - designar e dispensar os membros da diretoria;*

*V - fixar a remuneração dos membros da diretoria;*

*VI - aprovar e dispor sobre a alteração dos estatutos e a extinção da entidade por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros;*

*VII - aprovar o regimento interno da entidade, que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, forma de gerenciamento, os cargos e respectivas competências;*

*VIII - aprovar por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;*

*IX - aprovar e encaminhar, ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela diretoria;*

*X - fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa.*

*Seção*

*III*

*Do Contrato de Gestão*

*Art. 5º Para os efeitos desta Lei, entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas relacionadas no art. 1º.*

*Art. 6º O contrato de gestão, elaborado de comum acordo entre o órgão ou entidade supervisora e a organização social, discriminará*

*as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da organização social.*

*Parágrafo único. O contrato de gestão deve ser submetido, após aprovação pelo Conselho de Administração da entidade, ao Ministro de Estado ou autoridade supervisora da área correspondente à atividade fomentada.*

*Art. 7º Na elaboração do contrato de gestão, devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e, também, os seguintes preceitos:*

*I - especificação do programa de trabalho proposto pela organização social, a estipulação das metas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade;*

*II - a estipulação dos limites e critérios para despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das organizações sociais, no exercício de suas funções.*

*Parágrafo único. Os Ministros de Estado ou autoridades supervisoras da área de atuação da entidade devem definir as demais cláusulas dos contratos de gestão de que sejam signatários.*

*Seção*

*IV*

*Da Execução e Fiscalização do Contrato de Gestão*

*Art. 8º A execução do contrato de gestão celebrado por organização social será fiscalizada pelo órgão ou entidade supervisora da área de atuação correspondente à atividade fomentada.*

*§ 1º A entidade qualificada apresentará ao órgão ou entidade do Poder Público supervisora signatária do contrato, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.*

*§ 2º Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão devem ser analisados, periodicamente, por comissão de avaliação, indicada pela autoridade supervisora da área correspondente, composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação.*

*§ 3º A comissão deve encaminhar à autoridade supervisora relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.*

*Art. 9º Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.*

*Art. 10. Sem prejuízo da medida a que se refere o artigo anterior, quando assim exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União ou à Procuradoria da entidade para que requeira ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o seqüestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.*

*§ 1º O pedido de seqüestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.*

*§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações mantidas pelo demandado no País e no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.*

*§ 3º Até o término da ação, o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores seqüestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da entidade.*

*Seção  
Do Fomento às Atividades Sociais*

*V*

*Art. 11. As entidades qualificadas como organizações sociais são declaradas como entidades de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais.*

*Art. 12. Às organizações sociais poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.*

*§ 1º São assegurados às organizações sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.*

*§ 2º Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão parcela de recursos para compensar desligamento de servidor cedido, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela organização social.*

*§ 3º Os bens de que trata este artigo serão destinados às organizações sociais, dispensada licitação, mediante permissão de uso, consoante cláusula expressa do contrato de gestão.*

*Art. 13. Os bens móveis públicos permitidos para uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimônio da União.*

*Parágrafo único. A permuta de que trata este artigo dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Poder Público.*

*Art. 14. É facultado ao Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações sociais, com ônus para a origem.*

*§ 1º Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela organização social.*

*§ 2º Não será permitido o pagamento de vantagem pecuniária permanente por organização social a servidor cedido com recursos provenientes do contrato de gestão, ressalvada a hipótese de adicional relativo ao exercício de função temporária de direção e assessoria.*

*§ 3º O servidor cedido perceberá as vantagens do cargo a que fizer juz no órgão de origem, quando ocupante de cargo de primeiro ou de segundo escalão na organização social.*

*Art. 15. São extensíveis, no âmbito da União, os efeitos dos arts. 11 e 12, § 3º, para as entidades qualificadas como organizações sociais pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, quando houver reciprocidade e desde que a legislação local não contrarie os preceitos desta Lei e a legislação específica de âmbito federal.*

#### *Seção Da Desqualificação*

VI

*Art. 16. O Poder Executivo poderá proceder à desqualificação da entidade como organização social, quando constatado o descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão.*

*§ 1º A desqualificação será precedida de processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os dirigentes da organização social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.*

*§ 2º A desqualificação importará reversão dos bens permitidos e dos valores entregues à utilização da organização social, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.*

#### *CAPÍTULO DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS*

II

*Art. 17. A organização social fará publicar, no prazo máximo de noventa dias contado da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.*

Somando-se a todo o exposto, destaca-se que conforme dispõe a Constituição da República, compete aos Municípios legislar sobre

assuntos de interesse local, bem como suplementar a legislação federal e estadual no que couber; diz a CR:

*Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I- legislar sobre assuntos de interesse local;*

*II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.*

Finalizando, constata-se que este PL encontra respaldo em nosso Direito Positivo, sendo que, **sob o aspecto jurídico, nada a opor.**

Tão só observa-se, que neste PL excluiu-se o artigo 15, devendo-se ser renumerado a partir do artigo 14.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sorocaba, 10 de novembro de 2011.

MARCOS MACIEL PEREIRA  
ASSESSOR JURÍDICO

De acordo:

MÁRCIA PEGORELLI ANTUNES  
Secretária Jurídica